

Índice

PREFÁCIO	IX
APRESENTAÇÃO.....	XV
QUALIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO.....	XIX
ABREVIATURAS	XXIII
IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E SEU DESENVOLVIMENTO	1
O SURGIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 9.....	19
ART. 1º — CRIAÇÃO DAS CLASSES PROCESSUAIS	23
ART. 2º — ATRIBUIÇÃO DO PRESIDENTE.....	24
ART. 3º — REQUERIMENTO DA HOMOLOGAÇÃO PELA PARTE INTERESSADA.....	25
ART. 4º — OBRIGATORIEDADE DA HOMOLOGAÇÃO DA SE PARA EFICÁCIA NO BRASIL.....	32
Jurisdição Territorial e Eficácia das SE	32
Alguns Tipos de SE Passíveis de Homologação	36
Sentença Penal.....	36
Sentença Arbitral	37
Sentenças de Estado	41
Conceito (parágrafo primeiro)	46
Homologação Parcial das SE (parágrafo segundo)	48
Tutela de Urgência nos Procedimentos de Homologação de SE (parágrafo terceiro)	49

Procedimento.....	51
ART. 5º — REQUISITOS DA HOMOLOGAÇÃO DA SE.....	54
Homologação e Reciprocidade	55
Requisitos	56
Competência Internacional (Inciso I)	56
Citação (Inciso II).....	58
Trânsito em Julgado (Inciso III).....	61
Autenticação e Tradução (Inciso IV)	65
ART. 6º — ORDEM PÚBLICA	67
Conceitos de Soberania, Ordem Pública e Bons Costumes	67
ART. 7º — TIPOS DE CARTAS ROGATÓRIAS.....	72
Conceito (<i>caput</i>).....	72
Cartas Rogatórias “Executórias”	75
As Cartas Rogatórias no Âmbito do Mercosul.....	81
“Atos Decisórios” e a Deliberação de Decisões.....	83
Legitimidade para Requerer a Medida Via Carta Rogatória	88
Auxílio Direto (§ único)	94
Conceito	94
Análise do Direito Convencional	95
Jurisprudência Brasileira Acerca do Auxílio Direto no Âmbito Penal	96
Cooperação Passiva Penal	101
Cooperação Ativa.....	103
Auxílio Direto por Via Administrativa	104
ART. 8º — CONTESTAÇÃO.....	105
A Defesa dos Interesses dos Jurisdicionados Brasileiros nos Procedimentos Referentes às Modalidades de Cooperação.....	105
Possibilidade de Concessão de <i>Exequatur</i> em CR Inaudita Altera Parte (§ único)	107
ART. 9º — LIMITES DA DEFESA NA CR E NA SE	112
O Sistema de Contenciosidade Limitada no Juízo de Admissibilidade das Cartas Rogatórias e Sentenças Estrangeiras.....	112

Redistribuição na Contestação e Impugnação	119
Curador Especial (parágrafo terceiro)	121
Valor da Causa na Ação de Homologação de Sentença Estrangeira	124
ART. 10 — VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	127
ART. 11 — AGRAVO DA DECISÃO DO PRESIDENTE	128
ART. 12 — EXECUÇÃO DA SE NA JUSTIÇA FEDERAL	129
ART. 13 — CUMPRIMENTO DA CR PELO JUIZ FEDERAL	132
ART. 14 — DEVOLUÇÃO DA CR	135
ART. 15 — ENTRADA EM VIGOR DA RESOLUÇÃO Nº 9	136
BIBLIOGRAFIA	139
LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	147
ONU.....	147
Regionais.....	147
Haia	149
Bilaterais	149
TABELA DE CASOS	153
Sentenças Estrangeiras	153
STF.....	153
STJ	154
Cartas Rogatórias	156
STF.....	156
STJ	157
Ações Cautelares	158
Ações Rescisórias	159
Conflito de Competência	159
Habeas Corpus.....	159
Reclamações.....	159
Recursos Especiais	159